

## VIII-862 – ANÁLISE DE IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO

**Isabela Meline Simões Lopes<sup>(1)</sup>**

Engenheira Ambiental pela Faculdade Santo Agostinho. Doutora e Mestre em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos pelo Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da Universidade Federal de Minas Gerais (DESA/UFMG). Proprietária da Sanearmente Engenharia.

**Endereço<sup>(1)</sup>:** Rua Pium-í, 170 – Cruzeiro - Belo Horizonte - MG - CEP: 30310-080 - Brasil - Tel: (31) 98426-9294 - e-mail: isabelameline@gmail.com e isabelameline@sanearmente.com

### RESUMO

O presente trabalho apresenta o estudo de caso do processo de elaboração do Produto A - Atividades iniciais: mapeamento dos atores sociais e formação do Comitê de Coordenação, do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) do município de Itinga, localizado na região do Vale do Jequitinhonha de Minas Gerais, elaborado entre os anos de 2019 e 2020 pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, seguindo-se o Termo de Referência revisado da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA (BRASIL, 2018). Ressalta-se que o Vale do Jequitinhonha é tipicamente conhecido como uma das regiões mais carentes do estado, devido, principalmente, a escassez hídrica. Portanto, o objetivo deste artigo é identificar à luz do princípio da universalização do acesso ao saneamento básico, como a participação e mobilização social tem contribuído para a construção de um PMSB participativo, o qual vise à abrangência das áreas urbanas e rurais. Dentre as principais limitações observadas, destaca-se as dificuldades de acesso a muitas comunidades, a distribuição desigual da renda, o enfraquecimento e falta de atuação dos municípios junto às associações comunitárias; bem como os conflitos observados no território devido à dificuldade de acesso a água configuram o município como um estudo de caso relevante a ser analisado, uma vez que o processo de mobilização social é diretamente impactado por essas questões. Sendo assim, para que houvesse êxito no processo de mobilização social do referido município, de maneira que representantes de todas as partes do território pudessem participar das atividades, diferentes tipos de estratégias e metodologias tiveram que ser desenvolvidas, principalmente, em articulação com as áreas de saúde e educação do município as quais foram amplamente detalhadas no presente estudo.

**PALAVRAS-CHAVE:** plano municipal de saneamento básico, participação social, atores sociais, comitê de coordenação, produto A.

### INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) trata-se de um instrumento utilizado no planejamento estratégico da política municipal, o qual visa contribuir com a melhoria da qualidade de vida e da saúde pública, bem como objetiva a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento social. De acordo com a Lei Federal do Saneamento Básico nº 11.445/2007, tal instrumento é obrigatório, sendo indispensável no planejamento do saneamento em caráter municipal, principalmente no que se refere as ações e tomadas de decisões relacionadas a gestão dos serviços de saneamento básico (SB) do município. O referido marco regulatório ainda estabeleceu que o SB está dividido em quatro eixos, sendo eles: i) abastecimento de água; ii) esgotamento sanitário; iii) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e iv) drenagem e manejo de águas pluviais. O horizonte temporal do PMSB é de 20 anos, sendo que o mesmo deve ser revisado com uma periodicidade máxima de quatro anos em conformidade com o Plano Plurianual (BRASIL, 1998).

Além dos quatro componentes mencionados, conforme a Lei nº 11.445, o PMSB deve abranger toda a extensão territorial do município, contemplando áreas urbanas e rurais. Ressalta-se que em 2010, na Assembleia Geral das Nações Unidas, o Conselho de Direitos Humanos (CDH), reconheceu o acesso à água e ao esgotamento sanitário como um direito humano “essencial para o pleno gozo da vida e de todos os direitos humanos” (CDH, 1993) tais como direito à saúde, educação, habitação, trabalho, desenvolvimento, entre

outros (ALBUQUERQUE, 2014). O reconhecimento do acesso a tais serviços como direito humano, colocou em pauta a necessidade de ações que modifiquem o contexto vulnerável em que se encontram parcela significativa da população mundial. Adicionalmente, a ONU, lançou em 2015 os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que trata-se de uma agenda de sustentabilidade proposta para os países membros da ONU para ser cumprida até 2030, sendo que o objetivo 06 tem como meta assegurar o acesso ao saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, sem distinção (ONU, 2015).

Nesse sentido, a elaboração de um PMSB participativo, que contemple as mazelas da população de uma maneira geral, permite que populações tipicamente negligenciadas, tais como populações do campo, floresta e das águas, de áreas indígenas, de comunidades quilombolas e tradicionais, além das áreas onde residem populações específicas (favelas, ocupações irregulares, assentamentos precários, entre outras denominações), sejam trabalhadas no escopo do planejamento. Segundo Brown, *et al.* (2016), a ausência da participação dos grupos minoritários na tomada de decisão, pode “violiar os princípios de igualdade e não discriminação, além de contribuir para a perpetuação da exclusão social e da pobreza”. O envolvimento da população surge como elemento que potencializa as atuações e mobilizações, pois, a partir do momento em que a população tem conhecimento dos seus direitos é mais fácil se organizar e exigir seu cumprimento perante os governantes. Nesse sentido, as abordagens participativas se tornam espaços democráticos ampliando e aumentando a força de ações políticas, tais como: “informação transparente; monitoramento; procedimentos de reclamação; mobilização; negociação e advocacia, que são compatíveis com os princípios dos direitos humanos e são valiosos para a criação de políticas públicas sólidas” (BROWN *et al.*, 2016, p. 668).

Sendo assim, a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) publicou o Termo de Referência Revisado (TR Funasa, versão 2018), para a elaboração de PMSBs, sendo que o referido órgão tem atuado na capacitação e apoio à elaboração de planos para municípios de até 50.000 habitantes, buscando a promoção e execução de ações e serviços de saúde pública. Sendo assim, segundo instruções do referido documento, a elaboração do PMSB deve ser dividida em seis produtos, sendo eles classificados de A à G (A – Atividades iniciais: mapeamento dos atores sociais e formação do Comitê de Coordenação; B - Estratégias de mobilização; C – Diagnóstico Técnico Participativo; D – Prognóstico; E – Programas, Projetos e Ações do PMSB; F – Indicadores de desempenho do PMSB; e G – Documento consolidado).

Nesse sentido, a elaboração do PSMB inicia-se com a constituição formal, mediante ato público do Poder Executivo Municipal, de dois grupos de trabalho denominados Comitê Executivo (CE) e Comitê de Coordenação (CC) (BRASIL, 2018), no âmbito da elaboração do Produto A. Os Comitês possuem funções complementares uma vez que agregam o conhecimento técnico (Comitê Executivo) com o saber popular (Comitê de Coordenação), possibilitando uma compreensão mais aprofundada e integralizada do SB no município e suas interfaces com a política, gestão, história, meio ambiente, sociedade e economia (BRASIL, 2018). É importante observar que os comitês são fundamentais para criação de espaços efetivos de participação e controle social na elaboração do PMSB e sua posterior efetivação como instrumento orientador das políticas públicas de SB no município.

Portanto, o Produto A corresponde às atividades iniciais necessárias para a elaboração do PMSB, sendo composto pela nomeação do CE - responsável por toda a parte operacional da elaboração do Plano -, e as etapas que antecedem a proposta de composição do CC - de caráter consultivo e deliberativo -, contendo as atividades e metodologias aplicadas para a identificação e mapeamento de atores sociais. Ao final, é realizada a articulação e elaboração da proposta dos Setores de Mobilização (SM). Ao identificar e envolver os representantes locais busca-se promover a participação social, através da compreensão da representatividade que simbolizam, seja pela ocupação de cargos nas associações, nos conselhos, nas cooperativas ou nas igrejas. Tais lideranças são conhecedoras das dinâmicas sociais da comunidade que residem. Dessa forma, são peças-chave na compreensão das formas de reprodução social, econômica e territorial de cada localidade.

Neste contexto, o presente trabalho apresenta o estudo de caso do processo de elaboração do Produto A, do PMSB do município de Itinga, localizado na região do Vale do Jequitinhonha de Minas Gerais, que está em processo de elaboração entre os anos de 2019 e 2020, seguindo-se o TR revisado da FUNASA (BRASIL, 2018). Ressalta-se que o Vale do Jequitinhonha é tipicamente conhecido como uma das regiões mais carentes do estado, devido, principalmente, a escassez hídrica. Portanto, o objetivo deste artigo é identificar à luz do princípio da universalização do acesso ao SB, como a participação e mobilização social tem contribuído para a construção de um PMSB participativo, o qual vise à abrangência das áreas urbanas e rurais. A realização de tal análise contribuirá na compreensão do funcionamento da estrutura administrativa, social e territorial do

município, além de demonstrar a importância da identificação de associações comunitárias, conselhos municipais, organizações não governamentais, entre outras formas de mobilização da população, propiciando dados que subsidiarão as estratégias de mobilização, comunicação e participação social. Sendo assim, pretende-se que esse estudo venha a colaborar com o debate acadêmico em torno do assunto, subsidiando a disseminação do conhecimento e estratégias que poderão ser utilizadas em outros municípios brasileiros.

Destaca-se que a Lei nº 14.026/20 que substituiu a 11.445/07, normatiza que a participação e o controle social são fundamentais durante o processo de elaboração dos PMSBs. O controle social é definido como o “conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de SB”. Da mesma maneira, no Decreto regulamentador é disposto a necessidade de se ter a “ampla participação das comunidades, dos movimentos e das entidades da sociedade civil”, visando a divulgação dos estudos realizados, e a realização de consulta ou audiência pública para adquirir sugestões e críticas da população. É proporcionada, com isso, uma integração do saber popular com o saber técnico. Assim sendo, a participação social é fundamental para o acesso da sociedade às informações, debates e decisões sobre a prestação dos serviços de SB de seu município, além de ser uma forma de exercer a cidadania e de promoção da maior adesão dos cidadãos às políticas públicas (CICONELLO, 2007).

A partir dos fatos apresentados, o município de Itinga foi escolhido para ser o objeto de pesquisa com a finalidade de analisar possíveis estratégias a serem utilizadas no processo identificação de atores e dificuldades observadas no desenvolvimento da formação do CC. Ressalta-se que devido as dificuldades de acesso a muitas comunidades, a distribuição desigual da renda, o enfraquecimento e falta de atuação dos municípios junto às associações comunitárias; bem como os conflitos observados no território devido à dificuldade de acesso a água configuram o município como um estudo de caso relevante a ser analisado, uma vez que o processo de mobilização social é diretamente impactado por essas questões. Sendo assim, para que houvesse êxito no processo de mobilização social do referido município, de maneira que representantes de todas as partes do território pudessem participar das atividades, diferentes tipos de estratégias e metodologias tiveram que ser desenvolvidas, principalmente, em articulação com as áreas de saúde e educação do município. Sendo assim, diante do exposto o presente trabalho tem como objetivo central realizar uma análise das estratégias utilizadas no processo de mobilização social para a elaboração do PMSB de Itinga.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Primeiramente, destaca-se que para o presente estudo foi realizada uma análise do processo de mobilização social, principalmente no que se refere a identificação dos atores sociais que se envolveram na agenda política e sua importância no desenvolvimento dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da elaboração do PMSB de Itinga-MG. Ressalta-se que a escolha do referido município foi motivada devido as grandes peculiaridades e diversidades observadas em seu território, tais como:

- Grande extensão territorial se comparado aos outros 853 municípios mineiros – 1.649,622 Km<sup>2</sup> (PSNR, 2018);
- População rural superior à população urbana, apresentando uma relação 54,5% - 45,5%, respectivamente (PNSR, 2018);
- Sede Municipal banhada pelo rio Jequitinhonha, o qual se configura como o corpo hídrico de maior representatividade da mesorregião do Vale do Jequitinhonha;
- Grande escassez hídrica, principalmente nas zonas rurais do território;
- Conflitos existentes no município devido à escassez hídrica e à prestação dos serviços;
- Dificuldade de acesso a muitas comunidades (vias intransitáveis);
- Dificuldade de comunicação com a comunidade devido à falta de sinal telefônico;
- Diversidades e condições heterogêneas, principalmente no que se refere à distribuição de renda e ao clima;
- No município foi encontrada a maior reserva de lítio do Brasil, sendo que as atividades minerárias se iniciarão em breve e os efeitos adversos que poderão ser observados ainda são desconhecidos; e
- A grande maioria das associações encontram-se enfraquecidas e inoperantes.

No início dos trabalhos de campo, foi realizada uma reunião entre os técnicos responsáveis pela elaboração do PMSB em conjunto com o poder público municipal. Na supracitada reunião foi indicada a importância de

criação do CE, a ser formado por equipe multidisciplinar e de caráter técnico, por servidores efetivos da gestão municipal, por funcionários da prestadora de serviços de saneamento, bem como representantes da empresa ou entidade responsável pela assessoria técnica, conforme estabelecido no TR da FUNASA. Cabe destacar que a presença de servidores efetivos foi solicitada em razão da condição de permanência que possuem independente das mudanças de gestão no poder executivo, questão importante para que o processo de planejamento tenha continuidade no município, e o PMSB torne-se um instrumento efetivo para a melhoria de qualidade de vida dos munícipes. Para isso, solicitou-se a participação de uma equipe multidisciplinar, composta de funcionários efetivos, engenheiros que prestam serviços para o poder público municipal e representantes da secretária de agricultura, saúde, educação e demais áreas afins ao saneamento. Dessa maneira, seguindo as recomendações repassadas no âmbito da reunião, os prefeitos e sua equipe publicaram Portarias instituindo a criação do CE e dispondo sobre o processo de elaboração da Política Municipal de Saneamento e do respectivo PMSB.

Para o mapeamento dos atores sociais locais a coordenadora do CE auxiliou a equipe de campo na aquisição de informações e planejamento das ações que seriam realizadas em campo. Foi enviado pela equipe técnica um cronograma com as atividades que seriam desenvolvidas ao longo da sua estadia no município, para que o CE pudesse se planejar, quanto aos horários de reuniões, disponibilização de informações e acompanhamento nas visitas às comunidades. Juntamente ao cronograma, foi enviada uma listagem de informações que precisavam ser coletadas previamente ao trabalho de campo para que o planejamento pudesse ser adequado à realidade do município. Também foi solicitado que as secretarias de educação e saúde realizassem contato com os responsáveis pelas instituições de ensino e saúde, informando o início da elaboração do PMSB, sendo que a equipe técnica entraria em contato para identificação dos atores sociais comunitários.

Os dados solicitados na listagem são apresentados a seguir: i) localidades, povoados e distritos do município; ii) movimentos sociais existentes no município, manifestações artísticas, feiras, grupos de discussões, calendário festivo, entre outros; iii) instituições municipais e estaduais ligadas ao tema saneamento, saúde, agricultura e meio ambiente que possuam sede ou atuação no município e região (Conselhos Municipais, associações comunitárias, sindicatos, prestadores de serviços públicos afetos ao saneamento, cooperativas/associações de catadores de materiais recicláveis, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), associações rurais e organizações não governamentais (ONGs), entre outros); iv) unidades religiosas e contato de seus líderes; v) quantitativo e dados básicos dos vereadores e presidente da Câmara Municipal (nome, telefone, e-mail e gabinete); vi) agenda de reuniões da Câmara Municipal, verificando se alguma reunião da Câmara coincidiria com as datas do primeiro trabalho de campo; e vii) agenda de reuniões dos Conselhos Municipais de políticas públicas.

No âmbito das instituições escolares e de saúde levantou-se as seguintes informações: i) listagem das instituições presentes no município (públicas e privadas); ii) endereço das instituições; iii) região/localidade que estão inseridas; e iv) contato principal do responsável por cada instituição. Adicionalmente, a coordenadora do CE construiu o cronograma que moldou o planejamento das visitas a cada comunidade, tomando como base os setores das microáreas de atuação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), bem como suas rotas nas áreas de atuação. Nesse contexto, foi acordado que os ACS acompanhariam todas as visitas realizadas pela equipe técnica, de acordo com suas microáreas, visto o conhecimento do território, bem como dos principais atores sociais que poderiam vir a fazer parte do CC.

Dessa maneira, na reunião realizada com os ACS, os mesmos ficaram cientes dos dias que teriam que acompanhar a equipe técnica da UFMG e esperariam em locais pré-estabelecidos acordados com os mesmos. Para que se pudesse chegar aos pontos de encontro acordados com os ACS foi necessária a ajuda dos Agentes Comunitários de Endemias (ACE), uma vez que os mesmos conhecem todo o território e sabiam chegar aos locais acordados das zonas rurais do município, o qual possui dois distritos, dois povoados e 43 comunidades/localidades rurais, as quais posteriormente seriam divididas em Setores de Mobilização (SM), que objetivava agrupar o maior número de comunidades a fim de possibilitar a maior participação possível de munícipes nas reuniões setoriais (RS) que seriam realizadas nas etapas de diagnóstico e prognóstico.

De maneira geral, o ACE levava a equipe técnica a comunidade para que houvesse o encontro com o ACS que indicaria quem seria a maior liderança daquele dado local. A liderança era entrevistada utilizando-se de um questionário elaborado pela equipe de campo, o qual questionava, basicamente: i) o melhor local para realização de reuniões; ii) quais as comunidades que costumam se agrupar em caso de reuniões; iii) quais os melhores dias e horários para se reunir com a comunidade; iv) melhores ferramentas para chamar a população

(Whatsapp, cartaz, bilhete entregue pelo ACS, carro de som, etc); e v) se haveria a necessidade de transporte. Adicionalmente, era questionado ao participante se ele se identificava como uma liderança e que morador ele considerava como uma liderança local. Também era apresentado a importância do CC e feito o convite para que esse município participasse da reunião de definição do CC a ser realizada no último dia de campo.

Na referida reunião para o estabelecimento do CC foram apresentados os SM criados *a priori* pela equipe de campo com base nas informações obtidas junto aos entrevistados. Os setores eram numerados e abaixo da sua numeração eram apresentadas as comunidades em formas de placas, sendo que cada uma das informações era validada com os presentes. Aquelas comunidades que não se aderiam a um dado setor eram remanejadas para outros setores, conforme informações dos presentes, bem como disponibilidade de transportes a ser oferecido pela secretaria de educação. Por fim, ao final da definição dos SM, foram escolhidos dentre os presentes um representante titular e outro suplente para cada um dos setores, optando-se sempre que esses representantes fossem de comunidades distintas, observada a sua vontade de participar, sua representatividade junto as demais localidades e a escolha era realizada em consenso com todos os presentes daquele setor, sem interferência da equipe técnica. Portanto, o CC foi definido e publicado, posteriormente, via decreto municipal.

## RESULTADOS

No município de Itinga, o CE definiu a coordenadora técnica representando a Prefeitura Municipal (PM), a qual foi responsável por gerenciar as demandas e responsabilidades do comitê. O CE foi composto por oito membros da prefeitura (sendo quatro deles pertencentes ao quadro efetivo de funcionários), dois representantes da prestadora de serviços de abastecimento de água e três técnicos responsáveis pela elaboração do PMSB. Após a publicação da portaria que estabeleceu o CE, iniciou-se os trabalhos de planejamento. As ações no município foram desenvolvidas a fim de envolver três esferas do município, sendo elas: o executivo (gestão municipal); o legislativo (vereadores) e a sociedade civil (representada pela população e representantes de movimentos sociais). Entende-se como necessária e primordial o envolvimento das três esferas uma vez que dessa maneira é possível somar forças para a elaboração de um PMSB sólido que vise à efetividade das ações previstas na elaboração do mesmo.

No primeiro dia de campo foram realizadas três reuniões, sendo elas com o CE, a segunda com os ACS e a terceira com os vereadores. Importante ressaltar que o envolvimento do poder legislativo na elaboração do PMSB se faz fundamental desde o início das atividades, uma vez que ao acompanharem o processo de construção do Plano perceberão que as decisões foram tomadas de modo participativo e coletivo. Assim sendo, no momento de aprovação do PMSB no qual o mesmo se tornará uma lei municipal haverá menor possibilidade de restrições dos conteúdos que foram definidos em conjunto com a população.

Houve a necessidade de um cronograma prévio elaborado pela coordenadora do CE, devido à vasta extensão territorial do município e a dificuldade de se comunicar com os ACS que acompanhariam as visitas de campo em razão da ausência de sinal de telefone, bem como a péssima condição das estradas vicinais de grande parte do município, o que impossibilitava o envio de recados. Sendo assim, para comunicar com muitos deles, a única alternativa seria já ter todo o cronograma acordado previamente para que o mesmo fosse repassado na reunião que aconteceria com os ACS e ACE no primeiro dia de campo. Nesse sentido, todas as abordagens realizadas em campo se orientaram da seguinte forma: as equipes de campo, após se apresentarem, falavam sobre o PMSB, seu processo de elaboração, sua importância para os munícipes, o horizonte temporal de planejamento, a necessidade de participação de toda a população e a essencialidade do Plano para pleitear recursos financeiros públicos. Essas informações constituíam a base para compreensão sobre o PMSB. Durante a explanação eram respondidas as dúvidas que surgiam a respeito da elaboração do Plano. Ressalta-se que para introdução da abordagem de pessoas mais tímidas ou idosas escolheu-se uma metodologia baseada em um jogo de cartas para introduzir à temática do saneamento e facilitar o início do diálogo. Observou-se que para os idosos a prática se fez bastante relevante, uma vez que a maioria deles não sabiam de que se tratava o SB, mas ao visualizar as figuras conseguiam correlacionar as imagens ao seu cotidiano, o que facilitou o processo de explicação da temática e importância da elaboração de um PMSB participativo que pudesse abarcar as mazelas sanitárias vividas pela população.

Através das entrevistas, foi possível registrar quais as principais lideranças sociais existentes na comunidade, além de levantar o melhor local, dia da semana e horário para que a população daquela comunidade participasse com maior facilidade de mobilidade. No entanto, percebeu-se que o deslocamento tratava-se de

uma grande dificuldade desse município, devido sua vasta extensão territorial gerando longas distâncias a serem percorridas, bem como as condições das vias e a falta de transporte público. Sendo assim, foi acordado com a Secretaria Municipal de Educação, a possibilidade do fornecimento de transporte para aqueles municípios que dispusesse interesse em participar das atividades do PMSB dentro dos SM, aproveitando-se do transporte escolar. Para isso, aquelas comunidades que apontaram necessitar de transporte para participar das oficinas teriam suas reuniões no horário escolar regular de aula, pois só assim o transporte poderia ser fornecido pela gestão municipal. Também foi definido que a reunião de definição do CC deveria ser realizada no sábado, uma vez que se trata do dia da semana em que os municípios residentes nas zonas rurais tendem ir à cidade comercializar produtos e alimentos na feira livre.

Na reunião realizada para definição dos SM e dos representantes do CC, primeiramente, foram apresentados os SM criados *a priori* pela equipe de campo. Buscando-se a forma mais didática de se ilustrar como se deu a proposta de setorização, cartolinas foram cortadas em formas de placas as quais foram escritas os nomes de cada uma das comunidades rurais (43), distritos (2) e a Sede Municipal, as quais foram anexadas a um papel Craft de acordo com os resultados obtidos em campo através das entrevistas. Durante a reunião de definição dos SM, as técnicas responsáveis pela realização do trabalho de campo validavam com os participantes as comunidades inseridas em cada SM. Algumas comunidades informaram não ser possível seguir a organização dos setores proposta inicialmente, devido à distância e logística de acesso. Nesses casos essas comunidades foram remanejadas para outros setores mais adequados e próximos. Ao final da reunião foram estabelecidos 17 SM e todos os presentes se mostraram satisfeitos com os setores formados.

Definidos os SM, posteriormente, foram indicados e definidos os nomes para compor o CC. Para que houvesse essa definição entre os presentes, a equipe de campo relatou os nomes das lideranças que foram entrevistadas, bem como de pessoas que foram mencionadas pelas lideranças como possíveis representantes a serem participantes do CC. Foi determinado, portanto, que para cada SM criado nas zonas rurais fossem definidos dois representantes, sendo um deles titular e o outro suplente. Para a Sede Municipal foi solicitado pelos moradores a participação de três membros no CC, para que assim os moradores pudessem ter representatividade em pontos estratégicos da Sede Municipal. Ainda para composição do CC, foi solicitada a indicação de dois membros do legislativo, um membro da Emater, Sindicato dos Trabalhadores e do Sindicato dos Produtores Rurais, sem que houvesse qualquer tipo de interferência da equipe de campo nas escolhas realizadas. Após o período de 10 dias úteis o CC foi instituído via Decreto Municipal nº 154/2019.

## CONCLUSÃO

Constata-se que a participação, a comunicação, a mobilização e o controle social são indubitáveis para um planejamento de ações concretas, continuadas, com alta adesão pela população e que gerem reais mudanças e melhorias para o município. Assim sendo, é fundamental a abordagem e presença desses tópicos durante todas as etapas do processo de elaboração dos PMSB. Portanto, a necessidade de utilização de diferentes metodologias que visem a compreensão dos valores, dos modos de manifestação social e espacial, assim como as especificidades locais devem ser consideradas como variáveis essenciais para a construção de Planos estrategicamente mobilizadores fundamental para o processo de formulação de políticas públicas inclusivas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALBUQUERQUE, C. Manual Prático para la realización de los Derechos Humanos al Agua y al Saneamiento de la Relatora Especial de la ONU, Catarina de Albuquerque. INTRODUÇÃO. Portugal, 2014. Disponível em: <[http://www.ohchr.org/Documents/Issues/Water/Handbook/Book1\\_intro\\_sp.pdf](http://www.ohchr.org/Documents/Issues/Water/Handbook/Book1_intro_sp.pdf)>. Acesso em: 2 de julho. 2019.
2. ASSEMBLEIA GERAL DA ONU (AG). Resolução 64/292. AG Index: A/RES/64/292, de 28 de julho de 2010. Disponível em: <https://www.un.org/>. Acesso em 20/08/2019.
3. BRASIL. Casa Civil. Lei nº 11.445 - 05/01/2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm). Acesso em: 03/06/2019.
4. BRASIL. Decreto nº 2.829, de 29 de outubro de 1998. Estabelece normas para a elaboração e execução do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União, e dá outras providências. Brasília, 29 de outubro de 1998.



5. BRASIL. Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências. Brasília, 21 de junho de 2010.
6. BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional Sobre Saneamento Básico. 2008. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2245#resultado>>. Acesso em: 02 Maio de 2015.
7. BRASIL. Termo de referência para elaboração de plano municipal de saneamento básico. Procedimentos relativos ao convênio de cooperação técnica e financeira da Fundação Nacional de Saúde - Funasa/MS. Brasília, 2018.
8. BROWN, C.; NEVES-SILVA, P.; HELLER, L. The human right to water and sanitation: a new perspective for public policies. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21 (3):661-670, 2016.
9. CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS - CDH Vienna Declaration and Programme of Action. Adopted by the World Conference on Human Rights in Vienna on 25 June 1993. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/Vienna.aspx>. Acesso em 31/10/2019.
10. CICONELLO, Alexandre. A Participação Social como processo de consolidação da democracia no Brasil. Disponível em: <<http://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2014/03/A-Participacao-Social-como-processo-de-consolidacao-da-democracia-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 18 março 2019.
11. PNSR – Programa Nacional de Saneamento Rural. Panorama Brasil Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <http://infoSanBas.org.br/>>. Acesso em: 18 mar. 2019.